

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: do berço da burguesia para a construção de um projeto ético político

Juliana de Almeida SOUZA¹; Emanuel Vieira PINTO²

RESUMO

Esta pesquisa explora os principais fatos históricos do Serviço Social no Brasil, como forma de expor as transformações na profissão e no perfil profissional ao longo destes 80 anos de biografia. É relevante conhecer todo esboço contraditório para compreender que a defesa dos direitos humanos significa a efetivação do Projeto Ético Político que se fortalece e se reconstrói no cotidiano da intervenção do Assistente Social comprometido com a liberdade como valor ético central, defesa dos direitos humanos, consolidação da cidadania, defesa da democracia, equidade, justiça social e outros princípios fundamentais reconhecidos no Código de Ética do/a Assistente Social.

Palavras-chave: Serviço social Brasil. Histórico serviço social. Serviço social e justiça social.

ABSTRACT

This article explores the key historical facts of Social Work in Brazil as a way to expose the changes in the profession and the professional profile over these 80 years of biography. It is relevant to know all contradictory outline to understand that social justice, as currently desired by the professional category means the realization of the Political Ethics Project which strengthens and re-builds in the social worker intervention of the daily committed to freedom as a central ethical value, human rights, consolidation of citizenship, defense of democracy, equity, social justice and other fundamental principles recognized in the Code of Ethics / social Assistant.

Keywords: Brazilian social service. Trajectory of social service. social service and social justice.

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, no Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU da Faculdade Vale do Cricaré- UNIVC. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA /CESESB, em Itamaraju (BA). E-mail: emanuelvieira6@hotmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA. Pós Graduanda em Política Social e Gestão Pública pela FACISA. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Bahia – IDESBA. E-mail: juliana.alms@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas.

Karl Marx

A presente pesquisa é fruto de um estudo a partir das transformações no perfil da profissão e do profissional do Serviço Social no Brasil, onde sua gênese é voltada à manutenção da burguesia, porém, no decorrer dos anos, é possível visualizar transformações que são despertadas como forma de defender os direitos dos trabalhadores.

A história do Serviço Social no Brasil é um tanto paradoxal, eis que surge no ambiente em que a expansão do capitalismo desencadeia a luta de classes: capital x trabalho. Nessa conjuntura, os problemas sociais eram contínuos devido à exploração da mão de obra dos operários para a acumulação de riquezas e lucro pelos empregadores.

É importante evidenciar que a profissão se emerge no contexto de contradições, de conflitos, de revoltas e oposição à realidade vivida pela classe trabalhadora, onde eles produziam as riquezas, porém não usufruíam e viviam em condições de pobreza, miserabilidade e descaso.

Atualmente, Assistentes Sociais de todo o Brasil são cobrados por grande parte da sociedade, posicionamentos e intervenções que são contrárias ao Projeto Ético Político e as conquistas almejadas pela categoria em prol da defesa dos direitos humanos. Intervenções estas que não causam a transformação na realidade social e tampouco provocam o protagonismo social.

Ponto que o Assistente Social não tem pena do pobre, e sim o respeita como ser humano, sua história, suas aflições e o reconhece como um sujeito à margem da sociedade com seus direitos violados pela luta de classes, onde, a burguesia capitalista ao invés de produzir riquezas para o país, produz ricos e reproduz pobreza.

3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E BURGUESIA: breve contexto histórico

O Serviço Social no Brasil surge em meados dos anos 1930, num cenário político marcado pelo fim da Primeira República e o início do governo de Getúlio Vargas. Nessa circunstância, a classe trabalhadora estava em expansão, e na mesma proporção, os problemas recorrentes ao sistema capitalista e a insatisfação dos trabalhadores. Diante disso, essa classe

se organiza nos grandes centros devido às péssimas condições de trabalho, cargas excessivas, crescimento da pobreza e miséria e grande exploração da mão de obra de mulheres e crianças. Contudo, é importante destacar que a era Vargas é caracterizada pela valorização do capital estrangeiro, juntamente com a disseminação da indústria e comércio. Ou seja, o período é marcado pela explosão do capital.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83).

Nesse primeiro momento em que o Serviço Social se configura na sociedade brasileira suas ações e práticas são voltadas ao assistencialismo, à caridade, à benevolência e também pela promoção da Igreja Católica, através das “damas de caridades”, cujo objetivo central era identificar os “desajustados”, levavam suprimentos, remédios, roupas e outras coisas de acordo a necessidade da família em nome da Igreja.

Essa profissão se estabelece no momento em que a Igreja Católica cria as Leis Sociais, como forma de controlar a classe operária. O “agente social” intervia nas situações de pobreza e estes “pobres” eram considerados como desajustados e os mesmos precisavam se adequar aquele meio devido a ordem social. Contudo, esse desajustamento, era considerado caso de polícia. O sujeito tinha que se manter afastado da sociedade para uma reforma de caráter e da moral.

Outra característica que vale pontuar em relação à gênese da profissão é a conexão da atuação relacionada à disciplina moral que os profissionais possuíam frente aos “clientes”. Conforme a presente afirmativa, contribui-se proferindo que:

O projeto profissional dos anos 30 baseava-se na educação da classe operária fornecendo-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigindo-lhes seus preconceitos, ensinando-lhes a racionalidade, disciplinando-os em seus trajés, seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. A função do assistente social nesse período – embebido pelo caráter militante católico – encontra-se na missão ideológica da classe dominante, ou seja, na feitura da personalidade do indivíduo de acordo com a visão de mundo da burguesia adaptada sob a forma de certo humanismo cristão (LOPES, 2011, p. 10 apud VERDÉS-LEROUX, 1986, p.15).

Conforme o comportamento disciplinador e educativo do profissional, moralmente falando, é importante sublinhar que a origem do Serviço Social seguia a vertente religiosa neotomista, segundo Figueira (2013, p.08) “uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver a filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII, o tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos”.

Considerar que o Serviço Social tem em sua gênese aspectos ligados a fomentar a classe dominante e ao capitalismo é afirmar também que suas mediações não causavam transformações na realidade daquela população “clientela”. Suas ações eram emergenciais e sem criticidade, características que não causavam reflexos crônicos para as pessoas. Haja vista que naquela conjuntura não era importante transformar o meio àquelas pessoas; e sim, as pessoas tinham que se adaptar àquela realidade.

Nesse contexto, o trabalho dos primeiros assistentes sociais dirigia-se, sobretudo, à classe trabalhadora, porém na perspectiva da conciliação das classes sociais. A visão de homem do Serviço Social era a pessoa humana, portadora de valor soberano, criado por Deus, único ser no universo capaz de se aproximar da perfeição. O objetivo do Serviço Social era moldar este homem, integrá-lo à sociedade, aos valores, a moral e aos costumes de uma sociedade cristã, a fim de que ele alcançasse a perfectibilidade (FIGUEIRA, 2013, p.13).

O mais importante em compreender como o Serviço Social no início de sua prática profissional fortalecia o sistema econômico capitalista, se determina no momento em que o profissional manobrava a classe operária para evitar os conflitos e as manifestações, promovendo a ação da Igreja Católica e fortalecendo a classe burguesa. Levando em consideração que aquelas pessoas precisavam se moldar de acordo a ordem vigente naquele período e que seus problemas estavam diretamente ligados à moral e ao caráter e não ao sistema.

O primeiro Código de ética do Serviço Social foi aprovado em 1947, com características de punho religioso, afirmando em sua introdução que “moral ou ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal”. Assim, na Sessão III – Deveres para com o beneficiário do Serviço Social: 1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã.

O aspecto comportamental está presente pela própria concepção de ética e moral adotada para esse código, pois nesse momento, evidenciam-se as décadas de 1930 e 1940, com a efervescência do capitalismo e o emergir da questão social e suas manifestações e a origem da profissão, a questão social foi moralizada, ou seja, suas multiformas eram consideradas como falta de moral dos próprios sujeitos diante da ordem social que o Estado e o conjunto capitalista positivista determinavam para a

organização da sociedade. Como também para a Igreja que via nestes sujeitos uma falta de princípios morais (CARVALHO NETO, 2013, p. 88).

Avaliando esse primeiro Código de Ética com o agir profissional da época, podemos afirmar que a atuação do Assistente Social estava articulada no assistencialismo, na caridade e no comportamento cristão para a ordem da sociedade, se evitando o mal. Contudo, é valoroso para o estudo dos fundamentos da profissão, pontuar o progresso construtivo que o Serviço Social percorreu até alcançar o reconhecimento, a legitimidade e a importância do exercício profissional na sociedade.

Apesar de todo esse contexto histórico de jogo de interesses e relações de poder, é contundente afirmar que o Serviço Social ao longo dos anos, “evoluiu” no sentido de melhoria, como profissão e o 1º Código de Ética profissional foi um grande avanço naquela realidade social, pois é um momento onde surgem as primeiras discursões sobre o agir do Assistente Social, seus direitos e deveres resguardados.

3.1 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

Quando conceituamos algo, o definimos e o caracterizamos, atribuindo-lhes características, qualidades e definições. Ao falar em reconceituação de algo ou coisa, leva-se ao entendimento da reflexão daquilo que está imposto, para outra visão e um outro olhar direcionado àquele momento; é submeter-se à condição que o ser humano precisa viver numa constante transformação.

Antes de abordar sobre a reconceituação da profissão, é importante pontuar que Serviço Social brasileiro a partir da década de 40 recebe influência do Serviço Social norte-americano, com os procedimentos de Serviço Social de caso, de grupo e comunidade.

O conservadorismo católico, que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, começa, especialmente a partir da década de 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista (ANDRADE, 2008, p.277).

O movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil se deu por volta na metade da década de 60, num cenário de ditadura militar. A intervenção profissional era bastante limitada devido o militarismo e a opressão vigente naquela época. Diante esse corpo

social, o Assistente Social percebe intensas demandas voltadas para a classe trabalhadora e sente a necessidade de ruptura com as práticas conservadoras.

A demanda do governo, na década de 1960, em relação aos profissionais assistentes sociais, exigia uma ação no sentido de controle da população de forma a adequá-la e submetê-la a ordem do governo ditatorial numa conjuntura de repressão, aumento da concentração de renda, de desemprego, inflação e de diminuição do poder de compra dos salários. Muitos profissionais se negavam a desenvolver essa prática propondo um debate crítico, que abrangeu a categoria na América Latina, denominado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social (KONNO, 2005, p. 6-7).

Mediante este cenário sócio-político, com forte presença de conflitos de classes e interesses, os Assistentes Sociais buscam reconceituar o perfil da profissão e do profissional, de forma que defendam a classe trabalhadora e os menos favorecidos. Levando em consideração o histórico do Serviço Social, juntamente com o contexto histórico da década de 60, esse fato foi totalmente radical e ousado, pela razão que o Brasil vivia um governo de ditadura militar, cuja suas características são: repressão, censura, tortura e métodos violentos às oposições contra o governo.

Portanto, romper com as velhas práticas e perspectivas totalmente antagônicas com aquilo que se espera de “novo”, revela a “sede” que esses profissionais tinham em serem reconhecidos como técnicos responsáveis pela transformação societária na perspectiva de uma sociedade mais justa.

Nessa conjuntura é que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um projeto vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação (FALEIROS, 1987 *apud* KONNO, 2005, p. 51).

A reconceituação do Serviço Social surge na ideologia de uma nova corrente filosófica, ao caráter politizado, à valorização da pesquisa, à reorganização da grade curricular acadêmica e a mobilização da categoria em romper com o conservadorismo e tradicionalismo atrelado à essência profissional.

A mobilização social e política da sociedade e a mobilização interna dos assistentes sociais põem em relevo a crise da profissão em meados dos anos 60: sua desqualificação no mundo científico-acadêmico, sua inadequação “metodológica”

com a divisão em serviço social de caso, serviço social de grupo e desenvolvimento de comunidade e a ausência de uma teorização articulada. Suas práticas mais significativas faziam-se longe dos graves problemas sociais, sem consonância com as necessidades concretas do povo. As ações de transformação ficavam “à margem” (FALEIROS, 2005 *apud* PIANA, 2009, p. 95).

É importante destacar que ainda não existia o desejo de mudanças por parte de toda a categoria; alguns não viam essa necessidade de reconceituar, tornando assim, um obstáculo para aqueles que buscavam imediatividade. A primeira expressão desse movimento que buscava por mudanças emergentes na intervenção e atuação profissional, aconteceu no 1º Seminário Latino Americano de Serviço Social em 1965 em Porto Alegre.

Com o tema "Serviço Social frente às mudanças sociais na América Latina", o Seminário tinha como eixo central o estudo dos aspectos referentes à realidade política e social vivida pelos países do continente. A conjuntura política e o precário desenvolvimento econômico dessas sociedades se configuravam como as principais causas do seu estado de pobreza, bem como dos problemas vividos por essa população. A força de programas sociais para o desenvolvimento do terceiro mundo era a solução encontrada para tirar da miséria a grande massa da população do continente. E os assistentes sociais eram concludados a participarem ativamente do processo de desenvolvimento dessas sociedades (ANDER-EGG, 1975 *apud* BARBOSA, 1997, p. 33).

Nesse momento, a grande parte da categoria sentia a necessidade de romper barreiras com a corrente filosófica positivista e com os modelos de intervenção europeu e americano, para um olhar voltado às demandas e realidades da população emergente e intervir considerando as causas e as individualidades de cada sujeito.

A partir desse primeiro passo, outros seminários foram realizados, até mesmo em outros países, com o objetivo de provocar a criticidade e a discussão profissional em torno da realidade vivenciada; o seu engajamento frente à política, numa perspectiva de organização da sociedade; a mobilização social e a aproximação da profissão com a vertente filosófica marxista.

Os Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré representam marcos históricos, importantes e fundamentais para o Serviço Social. São produtos dos estudos de profissionais comprometidos e reunidos em Seminários promovidos pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais). São, portanto, o resultado para a cientificidade profissional, mesmo que influenciados por acontecimentos no cenário social e político no país (CBISS, 1986, p. 02).

Foi nessa ocasião que, em 1966, o CBCISS propôs um estudo sério, e tão profundo quanto possível, do Serviço Social, a fim de esclarecer os conceitos aceitos, os valores de base e os conhecimentos necessários para uma prática eficiente. Assim sendo, realizaram-se, nos últimos quinze anos, três Seminários: em 1967, na cidade mineira de Araxá, sobre "Teorização do Serviço Social"; em 1970, em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, sobre "Metodologia do Serviço Social" e, em 1978, no Centro de Estudos da Arquidiocese do Rio de Janeiro, no Sumaré, sobre "Cientificidade do Serviço Social" (CBISS, 1986, p. 8).

O marco histórico que fundamenta a ruptura do Serviço Social tradicional é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (atualmente CFESS – Conselho Federal de Serviço Social) no ano de 1979, mais conhecido como Congresso da Virada. Diante disso, os presentes autores salientam que:

Foi esse congresso, que chamamos hoje de congresso da virada, que marcou profundamente a categoria profissional como um momento de grandes mudanças para a profissão, abrindo novos horizontes onde a luta fosse por um estado democrático ao lado da classe trabalhadora e não mais sob o domínio conservador, constituindo – se uma nova forma de atuação, cuja direção era para as lutas sociais ao lado da classe trabalhadora, lutando pela defesa dos direitos humanos, da democracia, constituindo, uma nova frente, articulada diretamente com os movimentos sociais, reativando com isso alguns dos sindicatos, associações e inclusive, novas associações que logo mais serão citadas com maior exatidão (GODOY;COUTO, 2010, p. 2 e 3).

A partir de então por volta dos anos 80, a categoria passa a pensar num projeto ético político que fundamente e embase a intervenção profissional norteado numa projeção coletiva de caráter ético, denunciando de vez as práticas conservadoras. O Projeto Ético-Político do Serviço Social não tem uma data de nascimento sólido, o mesmo tem sido construído através da mobilização da categoria profissional com o objetivo de mudar e de manifestar a postura mediante a realidade vivida naquele cenário histórico.

Como o nome mesmo conceitua, “projeto” é um planejamento, uma proposta e/ou uma intenção. Várias são as características que podemos definir esse Projeto Ético-Político do Serviço Social, porém o mais importante é que atualmente, esse Projeto permanece vivo na essência e no agir profissional, onde toda intervenção precisa ser direcionada a sua manutenção, como forma de romper a cada dia o conservadorismo atrelado ao Assistente Social.

Portanto, a materialização desse Projeto, se dá a partir do aparato jurídico-político profissional, levando em consonância a liberdade como valor ético central, que são: Código de Ética de 1993, Lei que Regulamenta a profissão – Lei 8.662/93 e as novas Diretrizes Curriculares. Também se torna fundamental ressaltar que para a efetivação do Projeto Ético-Político é necessário que o Assistente Social tenha conhecimento e fundamento teórico-

metodológico e reconheça que o histórico contraditório do Serviço Social contribui para uma intervenção diferenciada frente às manifestações da questão social no atual cenário.

De certo, a Constituição Federal de 1988 tem colaborado para essa materialização (Projeto Ético-Político) reconhecendo a assistência social no tripé (Saúde, Previdência Social e Assistência Social) da Seguridade Social: Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1988).

Para tanto, observa-se que a reconceituação do Serviço Social tem fundamental importância para a conduta do Assistente Social e todo o aparato jurídico vinculado ao conhecimento teórico-metodológico são indispensáveis ao profissional que tenha o propósito de tornar vivo a cada dia o Projeto Ético-Político e assim, a redução das diversas manifestações da questão social, respeitando o ser humano nas mais diversas formas de sobrevivência e convívio social, transformando sua realidade de forma que o usuário seja o protagonista de sua história social.

Diante disso, é importante pontuar que assim como outras profissões surgem devido suas demandas, o Serviço Social, lamentavelmente, nasce da necessidade e reprodução de uma sociedade injusta, desigual, conflituosa e produtora da questão social. Sem dúvida, esse profissional encontra dificuldades institucionais, pois o seu maior empregador é o Estado e este muitas vezes não possui interesse em facilitar a gestão das políticas sociais de forma a causar transformação, autonomia e protagonismo social.

Na compreensão de Piana, a autora afirma que “o Serviço Social é uma prática, um processo de atuação que se alimenta por uma teoria e volta à prática para transformá-la, um contínuo ir e vir iniciado na prática dos homens face aos desafios de sua realidade” (PIANA, 2009, p. 85). Através dessa provocação literária em que a autora afirma que teoria e prática não devem se separar, podemos concluir que a intervenção profissional é um contínuo circuito de experiências na busca constante pela ruptura da prática conservadora pela transformação da realidade social. Mediante o enunciado, a mesma autora complementa que:

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais (PIANA, 2009, p. 86).

É digno de debate compreender os desafios encontrados pelos profissionais do Serviço Social no atual contexto histórico brasileiro, diante uma intervenção mínima estatal

na perspectiva das políticas sociais, para um grande investimento do capital estrangeiro e a expansão do terceiro setor pela sociedade civil. A vista disso observa-se a dificuldade de materialização do Projeto Ético-Político frente o agir profissional. Conforme exposto, interessa-nos saber que:

Esses desafios presentes nos processos de trabalho do assistente social devem ser elucidados desde o processo de formação profissional, pois esse é o primeiro momento de aproximação dos valores ético profissionais com os futuros assistentes sociais. Momento em que os valores pessoais dos sujeitos (alunos) são deparados com os princípios ético-políticos profissionais. Assim, "A materialização do Código de Ética supõe uma capacitação que se inicia durante a formação profissional, nos cursos de graduação, estendendo-se para outros estágios." (BARROCO, 2012 *apud* CARVALHO NETO, 2013, p. 128).

É satisfatório ler uma biografia de 80 anos de percurso e reconhecer que suas conquistas seguem um padrão crescente. O Serviço Social nasce no berço da burguesia para controlar e educar a classe operária afim de que esta categoria não criasse conflitos com o sistema econômico e com a classe dominante. Ao longo dos anos, os profissionais sentiam inquietações. Inquietações estas que se materializaram em conquistas tanto para o Serviço Social, quanto para a sociedade. Suas contribuições são solidificadas na história e na realidade dos cidadãos brasileiros, principalmente àqueles sem voz, sem vez e invisíveis na sociedade capitalista e exploradora.

Inquietações estas que se materializaram em um Projeto Ético Político profissional fundamentado numa conduta ética e removendo de vez o conservadorismo atrelado ao Serviço Social. Esse Projeto continua vivente com os Assistente Sociais comprometidos com a categoria profissional, com seus usuários, com a sociedade e com a incansável defesa dos direitos humanos

4 CONCLUSÃO

A execução deste artigo permitiu compreender a gênese do Serviço Social no Brasil até a construção do Projeto Ético Político, Projeto este pautado numa visão crítica a respeito da sociedade, postura sócio-política do profissional e vertente filosófica marxista.

Foi possível compreender através da pesquisa bibliográfica que a história do Serviço Social no Brasil, inicialmente entrelaça por interesses da burguesia e do sistema econômico capitalista e logo, passa a lutar por melhorias na profissão e lutar pela classe trabalhadora, pelos “excluídos e desajustados” à margem da sociedade.

Os 80 anos de Serviço Social no Brasil representa a resistência de uma categoria organizada, que luta cotidianamente pelo extermínio das expressões da questão social. Questão Social esta, que agride os direitos humanos, que viola todos os direitos sociais conquistados pelos cidadãos brasileiros, que mata milhares de crianças desnutridas e que exclui jovens e adolescentes da educação.

Foi possível perceber os laços contraditórios do percurso histórico do Serviço Social, sua ligação com a burguesia e assim, o fortalecimento do capitalismo, logo, a reconceituação da profissão como forma de ruptura com o conservadorismo, refletindo assim, sob a ótica de um novo perfil profissional, voltado aos interesses da classe trabalhadora. Esse conjunto histórico soma-se assim, na atualidade, um desafio para a intervenção do Assistente Social frente ao cenário globalizado e capitalista, com total violação dos direitos humanos e sonegação dos direitos sociais.

O Assistente Social como agente instrumentalizador das políticas sociais, percebe em meio a esse corpo social, a dificuldade de intervir frente essa demanda, devido à minimização da política de “bem estar-social” para o investimento do capital estrangeiro.

Portanto, conclui-se que a forma ideal de superar os desafios encontrados na intervenção do Assistente Social frente aos impactos gerados pela questão social, é a persistência em materializar o Projeto Ético-Político da profissão e assim, rompendo sempre com a visão assistencialista atrelada ao profissional. Também, elaborar estratégias de intervenção de maneira a fortalecer a educação como prioridade na transformação da realidade social, aproximando assim, seus usuários do conhecimento, diminuindo então a exclusão social e a pobreza.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- BARBOSA, Maria Margarida. Serviço Social Utopia e realide: uma visão da história. *Cad.Serv. Soc.*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 25-71, out. 1997.
- CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e sociais, Franca, São Paulo.
- CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de; SILVEIRO, Ubaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Princípios éticos profissionais dos assistentes sociais: Desafios nos processos do trabalho profissional. *Revista Triângulo*. Vol. 8. 2015.
- CBCISS. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1986.FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Ano VII, nº 24 – p. 49-69, Agosto/1987.
- FIGUEIRA, Sônia Maria de Almeida. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Santo Amaro, São Paulo: Unisa, 2013.
- GODOY, Mariana Molina de; COUTO, Eduardo Luís. O Congresso da virada de 1979 e o Projeto Ético-político profissional. 2010. 11 f. Monografia (Graduação em Serviço Social), Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, São Paulo.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodologica, 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- KONNO, Cristiane Carla. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do serviço social. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, p. 1-19, out. 2005.
- LOPES, Luciana Helena Mariano. Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil. São Paulo: Editora Sol, 2011.
- PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009